

Brasília-DF, 28 de julho de 2007.

Comando de Greve Nacional: Léia, JP, Luiz Antônio, Paulo Henrique, Luizão, Cosmo, Graça Freire, Vera, Chiquinho, Almiram, Fatinha, Bonfim, Ricardo, Marcos Botelho, Cristina del Papa, Janine, Moura, Adamoli e Maria Angela (**Direção Nacional**); Sirle, Neuza, Laudemira e Lázaro (**SINTET-UFU**); Rogério (**SINTUFEJUF**); Eurides, Mauro, Bené, Francisca e Guedes (**SINTFUB**); Manoel Rodrigues, Francisco Cabral, Antonieta e Keila (**SINTUFCE**); Helena, Albedy e Marilene (**SINTUF-MT**); Luiz Gustavo, Azenate, Rita, Aída, Edilene e Wladimir (**ASSUFBA-SIND**); Iaci, Rogério, Edson, Eliane e Jorge Ignácio (**SINTUFRJ**); Sabá e Chiquinho (**SINTESAM**); Cleiton e André (**SINTUFEPE-Federal**); Geraldo e Durval (**SINTUFEPE-Rural**); Ivanilda (**SINTUR-RJ**); Adamoli, Darci e Flávio (**ASUFPEL**); Hilton (**ASSUFOP-SIND.**); Juarez e Ana Vieira (**SISTA-MS**); Júlio Reis e Rita de Cássia (**ASAV**); Fatinha, Eduardo-Dudu e Maria Lucimar (**SINT-UGF**); Ivete-Nega Loira e Socorro Limeira (**SINTUNIFESP**); José Costa e Valmili (**SINTEMA**), José Antonio e Hélio (**SINTUFS**), Tadeu (**SINTEST-AC**), Noelma e Umberto (**SINTUFAL**), Mauro, Fernando, Mariani, Glauber e Marcelino (**SINTESPB**), Eber e Edilson (**SINDUFLA**), Thereza, Hélio Cabral, Rita de Cássia e Ivanir (**SINTUFF**); Maria Rita (**SINDTEST-PR**); Cristina del Papa, Cosme, Gilberto e Jair (**SINDIFES-BH**); Heron, Luiz Antonio e Lourenço (**SINTEST-RN**); Schakal, Nara e João Batista (**ASSUFRGS**); Carlos e Eduardo (**SINTUFSC**) e Everton e Valter (**ASSUFMS**); Luiz Carlos (**ASUNIRIO**) e Celso Carvalho (**APTAFURG**).

Errata: Maria Angela está no CNG desde o dia 24/07.

Desconsiderar o informe do SINTESUFCG disponibilizado no IG2007-JUL15 do dia 27 de julho de 2007. Este sindicato não é filiado à FASUBRA.

Observadores: Rosa Maria (**SINTUF-MT**), José Luiz (**SINTUFF**) e José Paulo-Paulão (**SINTUFRJ**)

INFORMES NACIONAIS**62 DIAS DE PARALISAÇÃO
46 INSTITUIÇÕES FEDERAIS EM GREVE**

ENTIDADE/IFE	GREVE	MOBILIZAÇÃO / Observações
NORTE		
01 - UFAC/SINTEST-AC	SIM	
02 - UNIR/SINTUNIR		
03 - UFPA/SINTUFPA	SIM	
04 - UFRA/SINTUFRA	SIM	
05 - UFAM/SINTESAM	SIM	
06 - UFT/SINDAD	SIM	
NORDESTE		
07 - UFPI/SINTUFPI	SIM	
08 - UFMA/SINTEMA	SIM	
09 - UFCE/SINTUFCE	SIM	
10 - UFRN/SINTEST-RN	SIM	
11 - UFERSA/SINTEST-RN	SIM	
12 - UFPB/SINTESPB	SIM	
13 - UFCG/SINTESPB	SIM	
14 - UFRPE/SINTUFEPE	SIM	
15 - UFPE/SINTUFEPE	SIM	
16 - UFAL/SINTUFAL	SIM	
17 - UFS/SINTUFS	SIM	
18 - UFBA/ASSUFBA	SIM	
19 - UFRB/ASSUFBA	SIM	
CENTRO-OESTE		
20 - UFG/SINT-UGF	SIM	
21 - UNB/SINTFUB	SIM	
22 - UFMS/SISTA-MS	SIM	
23 - UFGD/SISTA-MS	SIM	

24 - UFMT/SINTUF-MT	SIM	
SUDESTE		
25 - UFMG/SINDIFES-BH	SIM	
26 - UFOP/SIND-ASSUFOP	SIM	
27 - UFV/ASAV	SIM	
28 - UFLA/SINDUFLA	SIM	
29 - UFSJ/SINDS	SIM	
30 - UFTM/CLG - categoria	SIM	
31 - UFU/SINTET-UFU	SIM	
32 - EFOA/SINTEFOA		
33 - UFJF/SINTUFEJUF	SIM	
34 - UFSCAR/SINTUFSCAR	SIM	
35 - UNIFESP/SINTUNIFESP	SIM	
36 - UFRRJ/SINTUR-RJ	SIM	
37 - UFRJ/SINTUFRJ	SIM	
38 - UFF/SINTUFF	SIM	
39 - UNIRIO/ASUNIRIO	SIM	
40 - UFES/SINTUFES	SIM	
41 - UNIFEI/SINTUFEI	SIM	
SUL		
42 - UFPR/SINDTEST-PR	SIM	
43 - ITEF/SINDTEST-PR	SIM	
44 - UFSC/SINTUFSC	SIM	
45 - UFRGS/ASSURGS	SIM	
46 - UFPEL/ASUFPEL	SIM	
47 - UFSM/ASSUFSM	SIM	
48 - FURG/APTAFURG	SIM	
TOTAL	46	

REUNIÃO DO CNG-FASUBRA COM O MP/SRH (MESA DE NEGOCIAÇÃO) - 25/07/2007

Pelo Governo: Duvanier, Wladimir, Ana Lúcia e Idel (MP) e Nina (MEC);

Pela FASUBRA: Leia, Luiz Antonio, JP, Vera, Almiram, Paulo Henrique, Fatinha e Chiquinho (Direção Nacional); Rogério (SINTUFEJUF), Edílson (SINDUFLA), Rita (ASAV), Ivete (SINTUNIFESP), José Costa (SINTEMA), Ivaniilda (SINTUR-RJ) e Eurídice (SINTFUB).

O Secretário de Recursos Humanos/Ministério do Planejamento abriu a reunião informando que, cumprindo o acordado com a FASUBRA, realizou os exercícios de impacto com base nos parâmetros sugeridos pela Entidade sobre piso, teto e step e que, até o presente momento, não haviam conseguido, respeitando os princípios da categoria sobre a tabela, fazer uma simulação que, dentro das faixas orçamentárias possíveis, pudessem materializar os consensos entre a bancada do governo e a representação da categoria. Que os impactos orçamentários não são aceitáveis.

A bancada da FASUBRA comunicou à bancada do governo que, naquele momento, estavam presentes em frente ao Ministério do Planejamento mais de 1000 trabalhadores (as), representado as Universidades Federais em greve. O sentimento destes representantes é que acreditam na negociação e que desejam a celeridade no processo. A bancada argumentou que, em respeito aos trabalhadores que estavam aguardando em frente ao ministério, esperava-se da bancada do governo mais precisão no processo negocial bem como respostas sobre os parâmetros propostos pela FASUBRA que estão contidos no memorial da última reunião de negociação.

Continuando, a bancada da FASUBRA lembrou ao Secretário que ficou colocado no memorial que governo e a Federação fariam simulações e que, diante das dificuldades do governo, o CNG-FASUBRA flexibilizou colocando valores de piso e teto menores que os historicamente reivindicados, sem, no entanto, abrir mão de alcançá-los em momento posterior. Que a FASUBRA colocou estes elementos para que, nesta Mesa, a Categoria pudesse obter algum resultado sobre a evolução da carreira para além dos consensos gerais, já estabelecidos entre o governo e a bancada da Federação. Que no memorial também ficou acordado pelo governo que conceitos e concepção sobre a carreira seriam remetidos para a discussão das Diretrizes de Planos de Carreira (DPC), e que a FASUBRA deseja que o governo promova este debate o quanto antes.

A bancada da FASUBRA colocou ainda que está com o espírito aberto para avançar e que, como não possui informações oficiais acerca da disponibilidade do governo sobre os recursos, fica difícil fazer

exercícios. Mesmo assim, a Federação produziu suas simulações e cumpriu com a sua parte no compromisso firmado na Mesa anterior. Por último, a bancada argumentou que, a partir da informação do governo da impossibilidade de dialogar sobre a proposta colocada pela FASUBRA no início da negociação por conta do custo de 9 bilhões, considerado pelo governo como um impacto não absorvível para o processo negocial, o CNG flexibilizou procurando buscar impactos que pudessem avançar, numa perspectiva de mediação na Mesa.

A bancada do governo respondeu que fez as simulações e que os impactos dos exercícios propostos pelos parâmetros de piso e teto da FASUBRA também estão fora da faixa orçamentária possível para o processo negocial.

A bancada da FASUBRA argumentou que, na reunião com o Presidente Lula e a CUT, o ministro Paulo Bernardo disse que era preciso atender à demanda da FASUBRA e que o impacto financeiro era um problema para o governo resolver. Quando à apresentação do governo na negociação, a bancada diz que se os impactos orçamentários estão fora do aceitável, é preciso saber então o que pode ser considerado aceitável pelo governo, qual o custo das simulações feitas, seu desenho, etc.

A bancada do governo respondeu que era preciso partir de outros parâmetros porque o custo ficou em torno de 3,7 bilhões e que este impacto não era absorvível pelo governo.

A Bancada da FASUBRA respondeu que 3,7 bilhões é menos da metade do que a FASUBRA apresentou na proposta original e que, para uma categoria com 150 mil trabalhadores, o impacto não pode ser menor que este, visto que esta mesma categoria não evoluiu salarialmente há 2 anos e o processo de implantação da carreira, gerado pelos mesmos limites orçamentários que o governo impôs à época, provocou as distorções que agora precisam ser resolvidas. A bancada voltou a perguntar quais os parâmetros utilizados para construir as simulações pelo governo.

A bancada do governo afirmou que usou os parâmetros da própria FASUBRA que foi o piso de 988 reais, o Step de 3,80% e que trabalhou com a interpolação entre as classes de forma a aumentar um pouco a distancia entre elas. Que o produto destas simulações impactou em 3,7 bilhões e que este custo, voltava a dizer, não era absorvível para conversar por dentro do governo, visto que a negociação tem que levar em conta o olhar para todas as outras negociações que estão sendo construídas, de forma que o resultado final leve em conta o conjunto do serviço público federal. Por fim, afirmaram que, da forma como colocamos os nossos parâmetros, eles também podem funcionar como limitadores.

A bancada da FASUBRA argumentou que, avançar na discussão, é apresentar as tabelas, discutir os exercícios, fazer as críticas de lado a lado e construir consensos sobre parâmetros e aplicação dos mesmos na matriz, de forma que avance no processo negocial. Que, sem fazer este debate e troca de informações, não tem como avançar no processo. Quanto à limitação orçamentária do governo, a bancada afirmou ser impossível pensar em impacto orçamentário muito pequeno, porque não resolve as distorções. Qualquer outra forma de calcular o impacto da evolução salarial, somente será buscada se o governo apresentar o limite orçamentário para a negociação e, quando diz que 3,7 bilhões é muito, o governo está colocando um limitador na negociação.

A bancada do governo rebateu, dizendo que a FASUBRA, quando apresentou a sua proposta original, afirmou que custaria 3,6 bilhões e o produto do GT apresentou um impacto de 9 bilhões.

A bancada da FASUBRA reafirmou por varias vezes que nunca apresentou um impacto baixo da sua proposta e argumentou que flexibilizou em cima dos 9 bilhões, mas que não pode flexibilizar mais que isto. Que se mantida a posição do governo de não avançar nos parâmetros, a FASUBRA terá como tarefa apenas reapresentar a sua proposta oficial e esperar a contra proposta do governo para enviar às AG's da categoria para deliberar pela aceitação ou não da proposta.

Afirmou também que tem certeza de que o Presidente Lula não esta sabendo destas falas de limitações orçamentárias por parte da bancada do governo, visto que o Presidente assumiu que é preciso resolver as distorções salariais no serviço publico, mais especificamente as da carreira da FASUBRA.

A bancada do governo cobrou da FASUBRA a formulação de alteração do artigo 15 da Lei 11.091, que criou o PCCTAE, e a bancada FASUBRA ficou de encaminhá-la por e-mail.

A bancada da FASUBRA continuou insistindo na apresentação das simulações feitas pela bancada do governo e cobrou as referencias que a mesma utilizou para avaliar se a simulação esta dentro ou fora do impacto orçamentário possível. Continuando, a bancada da Federação solicitou o desenho das tabelas simuladas pelo governo para comparar com os desenhos construídos pela FASUBRA. Cobrou, ainda, do MEC uma posição sobre o processo negocial. Argumentou que, na questão do Auxílio à Saúde, o MEC fez a sua parte e perguntou se as universidades conseguirão funcionar com qualidade com estas limitações que estão colocadas pelo Planejamento. Por fim, a bancada da FASUBRA exigiu um posicionamento do MEC e afirmou temer pela paciência da categoria.

A bancada do governo argumentou que alem do formato da tabela existem outras coisas que poderiam ser trabalhadas, como a forma da construção das etapas de evolução da tabela entre 2008 e 2010. Que é preciso definir o que pode ser feito em etapas. Perguntou se as alterações da interpolação poderão ser feitas em etapas e se poderia mexer na interpolação agora somente para classe E e não

mexer no piso e no teto; ou mexer no piso em etapas; ou se pode ser aplicado o step apenas na ultima etapa da evolução salarial. O que pode ser considerado como parâmetros na construção das etapas considerando o piso, o step, o teto e a interpolação.

A bancada da FASUBRA perguntou o que o governo sugere sobre estas etapas e avaliou que, embora o governo reafirme em todas as conversas de que temos de trabalhar juntos, no momento em que a FASUBRA coloca parâmetros pra avançar, o governo diz que estes parâmetros também estão fora do limite orçamentário sem apresentar uma proposta ou impacto orçamentário possível. De forma que a bancada perguntou se o governo pretende cansar a categoria como parte do rebaixamento do processo negocial. A bancada também argumentou que é preciso definir como vai estar a tabela em 2010. As etapas serão trabalhadas depois disto.

A bancada do governo informou que o processo negocial tem que ser construído olhando o todo do serviço publico. Que a intenção do governo é trabalhar com 2007 a 2011 e que será preciso levar em conta o que já foi ganho no governo Lula. Afirmou que, no primeiro mandato do Presidente Lula, nenhuma categoria recebeu menos que a inflação do período que foi de 28% e que para varias categorias houve reestruturações das carreiras e esta política produziu recuperações salariais que precisam ser levadas em conta. Que, neste momento, o governo está fazendo um balanço do que foi feito e do que precisa fazer nos próximos anos. Que o governo pretende dar um tratamento para o conjunto dos servidores públicos federais e isto exige vários estudos e compartilhamento de decisões. Que este é um debate que seria mais tranqüilo de fazer no processo global. A bancada do governo informou que tem que olhar pra o processo como todo e o montante orçamentário esta sendo construído com o olhar para o todo do serviço publico.

Continuando, a bancada do governo também afirmou que não deseja cansar o movimento e que está criando um ambiente político para dentro do governo, precisando dialogar com outros ministérios alem do planejamento e discutindo como criar um ambiente político para que a negociação possa ter um patamar de credibilidade para dentro da categoria. Afirmou que a greve efetivamente não contribui para qualidade da negociação e que quer discutir a greve. Continuando, argumentou que dificilmente o processo negocial terá um desfecho ainda com ambiente de greve e que têm dificuldades de manter uma proposta com todos os elementos da tabela. A bancada do governo continuou reafirmando que a suspensão da greve poderá acontecer no momento em que as direções avaliarem que têm credibilidade para suspendê-la. Se a greve for suspensa, o processo de negociação passa a ser outro.

A bancada da FASUBRA respondeu que não sai da greve sem ter um termo de acordo, e que credibilidade passa a surgir quando se avança na construção de propostas efetivas. Afirmou que a Categoria aposta no processo de negociação e que é preciso cumprir o acordo da semana anterior para que a Mesa de negociação evolua. Que, se já existisse uma política salarial no governo Lula, não estariam todas as categorias negociando em separado e sim, todas juntas na Mesa Nacional de Negociação Permanente. A bancada lembrou ao governo que não está discutindo reajuste e sim, correções, distorções e reposição salarial, visto que ainda somos o menor piso e teto do serviço público. Que, para avançar, estão dispostos a apresentar simulações se o governo apresentar as suas. A bancada da Federação entende que o governo está colocando um limitador na negociação.

O governo rebateu, argumentando que os consensos da mesa de negociação era que é preciso fazer ajustes na tabela salarial e que é necessário dar um tratamento diferenciado à classe E que possui a maior defasagem. Que o piso da tabela precisa ser elevado mesmo sabendo que a classe A obteve maior recuperação no processo da carreira e que, nesta classe, a recuperação necessariamente será menor. Que é preciso elevar a remuneração da classe E para níveis que, em 2010, estejam em patamares iguais com as categorias assemelhadas.

Continuando, a bancada do governo disse estar pensando em construir outras propostas, inclusive com sugestões da FASUBRA, para resolver o impasse da forma que acharmos ser melhor. Quanto à greve, este debate da credibilidade tem que ir para a base da categoria e que precisamos construir o processo de retorno ao trabalho. Que preocupa ao governo a posição de que a greve vai até a finalização do acordo. Recupera que tem vários consensos construídos na Mesa que podem dialogar com a categoria e que sobre a tabela, é preciso discutir o que e possível fazer para que os consensos sobre a recuperação do piso inicial - Classe A e da classe E possam ser construídos. Afirmam que sem um tratamento na tabela não conseguirão materializar o consenso. Que, na ultima reunião, a bancada do governo apresentou a proposta de cortar padrões e a FASUBRA foi contra, então agora o governo não sabe como fazer. Ainda sobre o processo negocial, a bancada do governo colocou que o movimento de greve da FASUBRA já é vitorioso porque vai arrancar do governo o máximo possível, com greve ou sem greve, e isto porque instalou um processo negocial de qualidade. Que virou um processo de recuperação de defasagem salarial e que este processo que evoluiu com qualidade pode ser levado com credibilidade para a categoria pensar sobre a saída da greve. Não é condicionante para a continuidade da negociação a saída da greve, mas melhora a qualidade da negociação.

A bancada da FASUBRA argumentou que o impacto orçamentário será grande por que nossa categoria é grande, que não somos como a Cultura ou outra categoria com quadro de pessoal

pequeno. Afirmou ainda que, na negociação de 2004, avisou sobre os problemas que existiriam com a limitação de recursos na implantação da carreira, que ficariam distorções que não foram corrigidas nos anos seguintes levando estes problemas ao ápice. Se mantida a mesma limitação de recursos apresentada hoje pelo governo, vai criar outras distorções para o futuro imediato desta carreira. Reafirmou que Paulo Bernardo falou positivamente sobre a resolução da demanda salarial da FASUBRA no encontro com o Presidente Lula e a CUT, e que a FASUBRA aguarda a materialização desta fala governamental na Mesa de Negociação. A FASUBRA não quer que esta categoria perca mais do que já perdeu assim como quer que o governo apresente os recursos orçamentários necessários, mediando com a proposta da categoria apresentada no início da Greve.

A bancada do governo afirmou que o limite para a construção consensuada é resolver o efeito cascata na tabela e que manter a matriz é uma dificuldade que o governo tem para resolver os consensos. O governo argumentou que se alterar muito o step os parâmetros ficam fora da possibilidade de aplicação correta e que 5% definitivamente é um step que o governo não trabalha como opção porque fica muito diferente dos outros grupos assemelhados.

Após muita pressão da bancada da FASUBRA, o governo apresentou, para conhecimento, os exercícios que fez, argumentando que não eram propostas e sim, o levantamento dos impactos orçamentários para verificar se cumpria a aplicação dos consensos e se era compatível com o que o governo pode absorver de impacto orçamentário. As simulações trabalharam com os parâmetros de piso de R\$988,00 e step de 3,8 % sendo que 2 exercícios apresentavam interpolações que mantinham a linearidade e apenas um dos exercícios apresentava quebra de linearidade como solução. No entanto, o governo destacou que estes exercícios apresentavam impactos que possuem dificuldade de serem absorvidos pelo governo porque trabalham com a faixa de 3,7 bilhões.

A bancada da FASUBRA argumentou que 3,7 bilhões é o mínimo possível para a resolução da evolução da tabela e que com menos que isto não se resolve as distorções da tabela. Que, se realmente o governo acredita no processo negocial, tem que discutir o que representa a FASUBRA flexibilizar na Mesa de sua proposta de 9 bilhões. Continuando, a bancada afirmou que não irá rifar nenhuma classe no processo negocial ou permitir que apenas uma saia ganhando e quanto à matriz, a categoria não abrirá mão porque ela representa uma parte do nosso corpo que é a carreira, e que não será mutilada porque se estaria mutilando a nossa identidade de trabalhadores (as) Técnico-administrativos em Educação, conquistada após 20 anos de luta. Continuando, a bancada reafirmou que o governo não observou os parâmetros que a FASUBRA oficializou ao governo com a resolução da Plenária. Que a quebra da linearidade é feita de forma a buscar as correlações de pisos para que possam ser feitas as correções de distorções ocorridas em função do VBC e da diferença de ganhos, entre as Classes, na primeira etapa da carreira.

Continuando, reafirmou que será necessário avançar na Mesa, chegando a um desenho de tabela consensuado, para depois verificar o custo final da tabela. Que fazer as simulações juntos - governo e FASUBRA - torna muito mais fácil resolver o impasse. A bancada afirmou confiar muito na maturidade, tanto da direção como da base para dar desfecho nestas negociações, porque a base já deu provas de sua maturidade em relação a este processo. Por fim, afirmou que a bancada poderia ter uma relação de confiança na proposta do governo, desde que haja proposta e que não dá para construir um processo de confiança onde um lado tem que rebaixar a proposta sem saber o que o outro lado dispõe. Que o governo também tem que construir este processo de confiança.

A Bancada do governo afirmou que jamais disse que a FASUBRA tinha que rebaixar a proposta e que as diferenças entre o governo e a FASUBRA, quanto ao processo negocial, são pequenas. Insistiu que estamos numa fase de negociação em que é preciso repensar a greve, que se a FASUBRA não estivesse em greve, as negociações estariam no mesmo patamar que estão hoje. Neste sentido, a greve não ajuda e nem atrapalha. Não impede, não impede e nem ajuda, não é condicionante para negociação e nem ajuda.

Novamente, a bancada da FASUBRA afirmou que a categoria tem a cultura de sair de greve apenas com acordo firmado. Que tem um elemento do termo de acordo que são as etapas de evolução e é preciso verificar as outras etapas porque a FASUBRA tem um termo de acordo sobre a carreira, firmado em 2004, que não foi cumprido na sua totalidade. A bancada novamente questionou o governo: qual o produto que sairá como resultado desta Mesa para categoria?

A bancada do governo afirmou que tem um problema: não possui o montante e pode não ter este montante definido até o final do processo negocial. Que tem acordo quanto às distorções e que vão procurar corrigi-las, mas que o impacto de 3,7 bilhões está fora das faixas possíveis do governo.

A bancada da FASUBRA afirmou ter dificuldade de construir um acordo de saída de greve sem o montante orçamentário para a evolução da tabela.

A bancada do governo propôs, então, separar as classes da carreira e aplicar step's diferenciados para resolver as distorções com o compromisso de voltar a buscar a estrutura da matriz nas Diretrizes de Planos de Carreiras (DPC). Quanto à aplicação da inflação, o governo pode não ter como aplicar porque pode não ter recursos disponíveis para todo o serviço público.

A bancada da FASUBRA mais uma vez colocou ser impossível absorver esta proposta, explicando novamente as razões, e apresentou ao governo alguns exercícios que produziu, reafirmando que é preciso trabalhar juntos para construir uma proposta de consenso.

A bancada do governo apresentou um encaminhamento de construir na quarta-feira próxima, ensaios conjuntos ante o que a bancada da FASUBRA argumentou que precisa saber com que parâmetros irá trabalhar, visto que o governo não se comprometeu com os parâmetros apresentados pela FASUBRA quando diz que não rechaça e nem concorda com eles.

A bancada do governo afirmou que não dissera nada com relação ao piso porque não discutiu sobre ele, que o que foi colocado no memorial é que esta proposta é da FASUBRA. Que o fato de ter simulações na Mesa é o sinal do ganho no processo negocial. Que há uma sustentação de que com o deslocamento das interpolações poderíamos resolver as distorções e que então o governo trabalhará nesta lógica. O governo se comprometeu em não colocar nesta reunião os técnicos que vêm discutindo com a FASUBRA porque não tem avançado o debate com eles e uma comissão política pode ser mais célere neste processo. Continuou afirmando que existe uma dificuldade com a matriz, mas que o governo continuará tentando construir o consenso. A bancada do governo sugeriu trabalhar com as interpolações dos pisos na busca de encontrar simulações que sejam de consenso entre as partes. Por fim, argumentou que vai discutir o piso com olhar no conjunto das propostas que o governo está trabalhando para o conjunto da categoria e que o governo tem a política de recuperação para as tabelas salariais do serviço público. Portanto, não está rejeitando nem aceitando a proposta da FASUBRA, apenas quer discutir. **Encerrou a reunião propondo uma reunião da comissão política para discutir as simulações na quarta-feira, e outra reunião da Mesa de Negociação na quinta-feira.**

AVALIAÇÃO DO CNG-FASUBRA (REUNIÕES COM O MP/MEC E CARAVANAS)

A greve em defesa dos serviços públicos e da dignidade salarial para os(as) trabalhadores(as) das Universidades Públicas Federais

A Greve nas IFES

Quando completamos 64 dias de greve, temos a convicção de que nossa greve já é vitoriosa. Esta vitória está refletida, principalmente, no espírito de luta demonstrado por nossa categoria que atendeu prontamente ao chamado, construindo uma grande mobilização já desde o primeiro dia de greve, com a entrada simultânea de 32 universidades. A greve continua firme e atinge quase a totalidade da base da FASUBRA, mesmo após dois meses, numa dura batalha em defesa da concepção de nossa carreira, na Mesa de Negociação, para colocar no dia-a-dia o movimento na mídia e assim buscar o apoio da sociedade.

De norte a sul de nosso país, nossos (as) guerreiros (as) dialogam com a sociedade, mostrando a importância da Universidade Pública, gratuita e de qualidade e a necessidade de valorizar os (as) trabalhadores (as) da educação, hoje, com os menores pisos e teto do serviço público federal. Têm também difundido em toda a sociedade a importância dos Hospitais Universitários dentro da rede nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), representando as unidades do sistema que trabalham com atendimento de alta complexidade e sua importância enquanto partes das universidades, na formação de profissionais de saúde, comprometidos com a transformação social de nosso país.

O nosso movimento de greve, tem também denunciado o projeto do governo de Fundação Estatal de Direito Privado, uma ameaça que inicialmente deverá atingir os Hospitais Universitários, mas que representa de fato uma mudança na administração pública com a transferência de serviços para a iniciativa privada. A luta vem sendo realizada com abaixo-assinado e o convencimento da população usuária pela defesa dessas imprescindíveis unidades de ensino e da importância de mantê-los respeitando o princípio da indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão.

Devemos entender e analisar quem são os autores que irão ditar as regras, nesta conjuntura. Não podemos pensar que este governo está fraco. Temos que dialogar e convencer a sociedade da necessidade da manutenção da Universidade Pública, bem como da importância e do significado da manutenção dos H.U's vinculados às Universidades.

O momento exige ações duras e objetivas e, principalmente, de unidade do movimento. Precisamos ampliar nossa mobilização, mas com responsabilidade, sabendo cada passo a ser dado, até porque o governo, como já mencionamos anteriormente, ainda está forte e sabe das fragilidades do movimento, quais os seus principais obstáculos e divergências. É por isto que devemos manter a unidade, na ação, e não deixarmos que nossas divergências pontuais e legítimas se aflorem. Portanto, precisamos manter a coerência em nossas ações, respeitando e mediando com as várias linhas de

pensamentos ideológicos existentes no movimento, acreditando na unidade na ação, principalmente em defesa da FASUBRA e de suas instâncias democráticas de deliberação.

O processo de negociação

O processo de negociação, iniciado ainda antes do início de nossa greve tem caminhado já com a realização de sete reuniões no Ministério do Planejamento, além de duas reuniões no Ministério da Educação, onde foi tratado o andamento das negociações e a questão da transformação dos Hospitais Universitários em Fundação Estatal de Direito Privado. Desde o início das negociações no Ministério do Planejamento, a representação do governo, na pessoa do Secretário de Recursos Humanos daquele ministério, tem tentado mudar a lógica do que nos propomos a negociar. A representação do governo tem insistido em todas as reuniões em quebrar a estrutura de nossa tabela, com a separação das classes para que assim exista a possibilidade da aplicação de reajustes diferenciados ou a aplicação de reajustes que beneficiem uma classe em detrimento das demais.

Em todas as reuniões, o governo tem insistido nesta tese e, embora declarando respeitar nossa posição sobre a carreira, tem sempre colocado na Mesa a discussão de concepção, não por apresentarem uma nova concepção de carreira, mas, simplesmente no intuito de contestar o trabalho que desenvolvemos ao longo de muitos anos de discussão, visando quebrar a estrutura da carreira e investindo, conseqüentemente, menos recursos na mesma.

Nossa representação tem afirmado, de forma unificada, que não estamos na Mesa para discutir concepção e, sim, evolução da tabela remuneratória. Temos afirmado que não nos negamos ao debate, mas, que este deve se dar em outro espaço, ou seja, na Mesa de Diretrizes de Plano de Carreira (DPC) com o conjunto do funcionalismo, no ambiente da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Este embate, reafirmando sempre a concepção de nossa carreira, tem consumido muita energia da nossa representação na Mesa, mas, o temos feito de forma forte e unificada. Não abriremos mão de nossa carreira pois, embora tenhamos conseguido apenas parte do que construímos ao longo dos últimos dez anos, é essa configuração (que hoje temos) a qual assegura o mesmo tratamento entre ativos e aposentados, mesmo sabendo que a paridade em sua totalidade foi abalada com a emenda constitucional 41, e sua revogação é uma luta que temos que enfrentar, em conjunto com outros setores do movimento sindical.

Entendemos também que defendendo nossa tabela salarial com os elementos de carreira ali contidos, estamos também enfrentando uma concepção de Estado vigente no governo federal, voltada para a tese do estado mínimo, onde algumas carreiras recebem tratamento privilegiado em detrimento das demais, numa afirmação de que serviços como educação e saúde não são serviços exclusivos do Estado.

Entendemos que todos os serviços públicos são essenciais e assim todos devem ser tratados de forma igualitária. A **isonomia salarial** deve continuar tendo centralidade em nossa luta e ser objeto de nossa meta para, no momento da negociação, buscamos a isonomia dos pisos salariais, já que não houve a discussão efetiva sobre o modelo da construção de carreira para o conjunto dos (as) trabalhadores (as) do serviço público. Temos a convicção de que o nosso modelo traz elementos importantes para o desenvolvimento e valorização profissional dos (as) trabalhadores (as) e deve ser considerado.

A última reunião da Mesa de Negociação, realizada no dia 25 de julho, representou esse espírito de luta e unidade em torno da defesa da manutenção da nossa tabela salarial, com matriz única de remuneração, e a avaliação feita pelo Comando Nacional de Greve, no dia 27 de julho p.p. reafirmou **nossa posição em torno de elementos contidos em nossa carreira que são inegociáveis: matriz salarial única; paridade entre ativos e aposentados e garantia de ganho para todas as Classes.**

Como resultado da última reunião, foi verificada a necessidade da construção coletiva de uma alternativa, respeitando a posição apresentada pela FASUBRA. **Com isso, ficou acertado um calendário onde teremos, na próxima quarta-feira, dia 2 de agosto, reunião de uma representação do CNG/FASUBRA e do governo, onde se buscará essa construção coletiva. Nova reunião da Mesa de Negociação será na quinta-feira, dia 3 de agosto.**

As caravanas - um novo impulso a nossa luta

Nos dias 25 e 26 de julho, caravanas de todo o Brasil estiverem em Brasília para cobrar do governo celeridade nas negociações e protestar contra o projeto de Fundação Estatal de Direito Privado. Foi a maior caravana já realizada pela Categoria, com a participação de quase todas as Entidades de Base da FASUBRA e cerca de 1300 trabalhadores.

Foi uma caravana vitoriosa, pois veio para dar um novo ânimo à nossa greve, nesse momento em que, diante do impasse na Mesa de Negociação, precisamos de mais força para a retomada dos caminhos da nossa greve no rumo da vitória.

Os (as) caravaneiros (as) chegaram a Brasília durante as primeiras horas do dia 25 e, se concentraram numa tenda armada na Esplanada dos Ministérios, onde foram acolhidos pelas Comissões Organizadoras compostas pelo CNG-FASUBRA. No início da tarde, a Direção Nacional da FASUBRA fez uma saudação e prestou informações sobre os últimos acontecimentos, assim como apresentou a programação proposta para os dois dias em Brasília. Logo depois, os (as) trabalhadores (as) saíram em passeata até o Ministério do Planejamento para aguardar, em vigília, a reunião da Mesa de Negociação, reunião esta que se iniciou por volta das 19h30, terminando perto da meia noite. Os (as) trabalhadores (as) permaneceram em frente ao Ministério do Planejamento cobrando, com palavras de ordem, que o governo apresentasse proposta para resolução de nossa pauta, no tocante à progressão de nossa tabela salarial. Com o término da reunião, todos se dirigiram à tenda para que a representação do CNG-FASUBRA na Mesa de Negociação, repassasse os informes, o que terminou por ocorrer já na madrugada do dia 26.

No dia 26 de julho, logo às 8h00 da manhã, os (as) trabalhadores (as) se concentraram em frente ao Ministério da Educação, onde foi servido um café da manhã, como uma primeira atividade, que já chamou a atenção da imprensa, cumprindo papel de dar visibilidade à nossa greve. Com apitos e palavras de ordem, os (as) trabalhadores (as) permaneceram durante toda a manhã em frente ao **Ministério da Educação**, onde foi também apresentada uma peça teatral, por iniciativa dos (as) trabalhadores (as) da Universidade Federal do Espírito Santo, atividade que denunciou, de forma crítica, a morosidade na condução das negociações por parte do governo.

Como resultado da permanência em frente ao MEC, uma representação da FASUBRA foi recebida naquele ministério, pelos Secretário da SESU e Secretário Executivo. Por conta da ausência do Ministro Fernando Haddad, que se encontrava em Aracaju, foi acertada uma nova reunião com o Ministro para o dia seguinte, 27 de julho. Assim, uma comissão do Comando Nacional de Greve foi escolhida para se fazer presente na referida reunião.

Logo em seguida à audiência, em frente ao MEC, foi realizado um ato, após o que, saímos em passeata, com paradas em frente aos Ministérios do Planejamento e da Saúde onde, respectivamente, cobramos agilidade nas negociações e protestamos contra a participação daqueles ministérios na elaboração e encaminhamento do projeto de Fundação Estatal de Direito Privado, que tem por um dos maiores defensores o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

O encerramento do ato se deu em frente ao Congresso Nacional, com a fala de representantes das Entidades de Base, presentes, onde todos puderam protestar livremente contra a política implementada pelo governo e sua interface com os serviços públicos.

Foi um ato considerado pelo Comando Nacional de Greve como importante, por representar uma primeira atividade de denúncia da ameaça de privatização dos serviços públicos, através do projeto de Fundação Estatal de Direito Privado e, principalmente, da ameaça que paira sobre os Hospitais Universitários com a inclusão de parágrafos específicos na redação da proposta do Projeto de Lei 92/2007.

Num balanço geral, podemos constatar que a caravana, mesmo com um grande número de trabalhadores (as) de todo o Brasil, transcorreu sem incidentes e contratemplos, e com isso estão de parabéns o Comando Nacional de Greve que, através das diversas comissões, muito se empenhou para a organização e o sucesso da caravana. E estão de parabéns, também, os (as) companheiros (as) caravaneiros (as) que vieram de todas as partes do país, enfrentado estradas e momentos de cansaço, numa verdadeira demonstração de disponibilidade para a luta, de forma pacífica, organizada e unificada em torno dos mesmos interesses e ideais de uma categoria que se orgulha de ser identificada como Trabalhadores (as) em Educação.

A luta contra a Fundação Estatal de Direito Privado

4

Já no início de nossa greve, tivemos uma reunião com o Ministro da Educação, quando ficou acertado que nenhum projeto de lei que atingisse os hospitais universitários seria enviado sem que houvesse a discussão com a comunidade. Com isso, houve o acerto da realização de um Seminário Institucional para discutir papel, financiamento dos hospitais universitários. O acerto seria para o mês de julho, o que terminou por não ocorrer.

Nas Entidades de Base, em todo o país, os (as) trabalhadores (as) colhem assinaturas no abaixo-assinado e dialogam, assim, com a população sobre a importância dos Hospitais Universitários ligados às Universidades Públicas e também de sua manutenção 100% SUS - obrigatoriamente públicos, o que não será possível com sua transformação em Fundação Estatal de Direito Privado. Os Comandos Locais de Greve têm procurado as Câmaras de Vereadores e Assembléias Legislativas, para realização de audiências públicas e apoio dessas casas legislativas. Também, no ambiente da própria Universidade, essa luta tem sido feita através da busca de apoio com a manifestação contrária expressa pelos Conselhos Universitários.

O CNG tem encaminhado essa luta no Distrito Federal, através da busca de assinaturas e apoio da população nas feiras livres, rodoviárias, aeroporto e Congresso Nacional. É uma luta que deve continuar e, pela disposição de nossa categoria, temos a certeza da vitória.

Já começaram as Conferências Municipais e Estaduais de Saúde que rumam para a 13ª Conferência Nacional de Saúde, a ser realizada no período de 14 a 18 de novembro do corrente ano, em Brasília. É de extrema importância nossa intervenção nessas conferências para que se posicionem contrárias à Fundação Estatal de Direito Privado, fortalecendo, assim, a posição já aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, contrária a esse modelo.

A reunião com o Ministro da Educação Fernando Haddad

A reunião realizada com o Ministro Fernando Haddad, dia 27 de julho, apresentou elementos importantes, do ponto de vista da intervenção do MEC, no processo negocial em curso com o governo. Informamos que, após 7 reuniões, mesmo com alguns avanços, relativos à liberação de recursos para o Auxílio à Saúde e resolução do VBC para parcela da categoria que ainda o possui, o governo insiste em questionar a concepção de nossa carreira, o que provocou impasse na reunião do dia 25 de julho. Colocamos que a nossa carreira só foi conquistada em 2005 graças à luta e mobilização dos (as) trabalhadores (as) técnico-administrativos em educação e, também, ao comprometimento do MEC na defesa da mesma, junto ao Planejamento. Colocamos que temos observado uma posição do MEC, neste momento da negociação, diferente da ocorrida em 2004, e que a nossa carreira, que possui apenas 2 anos, está sendo ameaçada, por falta de política geral de Estado para o conjunto dos (as) trabalhadores (as) do Serviço Público Federal. Solicitamos uma posição mais incisiva do MEC, reforçando a posição da FASUBRA na Mesa de Negociação, em defesa da concepção de nossa carreira, ante o que o Ministro se comprometeu com esta ação.

O Ministro demonstrou surpresa ao saber que todo o tempo o Ministério de Planejamento questiona a nossa carreira, concepção, formato e conceitos. Após explicação detalhada dos impasses ocorridos na última reunião com o MP, o Ministro Fernando Haddad comprometeu-se a intervir junto ao Planejamento, colocando a posição da FASUBRA, com a qual concorda: que neste momento da negociação, o que está em debate é a evolução salarial da tabela, com recuperação das distorções salariais por dentro da categoria e na relação com as demais tabelas do serviço público. Colocou ainda que o argumento utilizado, antecedendo o início da negociação com o Ministério do Planejamento, era de que a FASUBRA, mesmo com o PCCTAE, continuava com o menor piso e teto do funcionalismo público, e propôs a comparação com o valor salarial do PGPE. A proposta de se fazer um levantamento dos recursos orçamentários que o governo teria disponibilizado para a base da FASUBRA, caso o PCCTAE não tivesse sido implementado e a base da FASUBRA tivesse ficado no PGPE, foi acatada pela FASUBRA. O Ministro disse que este era um argumento importante para demonstrar ao Planejamento, que é necessário avançar e superar este impasse da limitação orçamentária.

Solicitou à FASUBRA que fizesse esse levantamento, e a Federação já o fez e estará disponibilizando ao MEC, ainda na segunda-feira. O Ministro disse que trabalhará estas questões com o Presidente Lula e também com o Planejamento Com relação aos Hospitais Universitários, protestamos contra a inclusão dos mesmos no PLP 92/2007, e cobramos o entendimento acordado entre a FASUBRA e o MEC acerca da metodologia de debate relativa aos HU's. O Ministro comprometeu-se a dar encaminhamento ao Seminário Nacional, na primeira quinzena de agosto (maiores detalhes constam do Relatório da Reunião que será finalizado a tarde e seguirá no próximo IG).

O debate sobre este tema, demonstrou que a FASUBRA precisa intensificar ainda mais a sua luta contra a transformação dos HU's em Fundação Estatal de Direito Privado, e ainda continuar pressionando os Reitores para que tomem posição preventiva acerca deste modelo.

A greve continua

Os acontecimentos da última semana e o seu fechamento com o impasse ocorrido na reunião da Mesa de Negociação apontam para a necessidade da continuidade e fortalecimento da nossa greve. A avaliação do CNG-FASUBRA não teve o resultado esperado, pois o governo não avançou nas negociações e continuou na discussão sobre concepção de carreira em que simplesmente tentam desmontar a que construímos sem, no entanto, ter uma proposta objetiva.

Reafirmamos na Mesa de Negociação que o eixo de nossa Greve remete para priorizar, naquela Mesa, a evolução remuneratória de nossa categoria. Não nos furtamos ao debate acerca da concepção, até por que queremos ter a oportunidade de disputar a nossa visão com o Governo, só que na Mesa Geral de DPC - Diretrizes de Plano de Carreira, que deve se dar com a representação do conjunto do funcionalismo público federal, a partir da reconstituição da Mesa Nacional de Negociação Permanente:

Temos um novo calendário com o governo e o nosso entendimento é que a correlação de forças deve determinar, de fato, a apresentação de uma proposta por parte do governo que nos dê possibilidade de dialogar com a categoria em vista da vitória nessa etapa de nossa luta.

A caravana em Brasília veio para dar uma demonstração da capacidade de luta de nossa categoria. **Não arredaremos pé enquanto não houver um desfecho positivo para a negociação da evolução da nossa tabela salarial. Os (as) trabalhadores (as) em educação não aceitam, de forma passiva, continuarem a ter o menor piso e menor teto do funcionalismo. A Educação deve ser tratada com o respeito que merece!**

ENCAMINHAMENTOS

01. ACERCA DA MESA DE NEGOCIAÇÃO, OCORRIDA NO DIA 25 DE JULHO

A avaliação se ateve à reunião do dia 25 de julho, tendo como compreensão coletiva do CNG que:

- Houve um impasse entre a Bancada Sindical e a Bancada de Governo, devido à posição do governo, recolocando na Mesa, itens acerca da concepção da carreira que, na compreensão da Bancada Sindical, já havia um entendimento de que seria tratado em conjunto com outros temas na Mesa Geral de Diretrizes de Plano de Carreira.
- O CNG mantém sua posição tomada desde o início da negociação de que a evolução da Tabela deve ocorrer, mantendo intacta sua estrutura, com os 16 níveis de padrões, as 5 classes e os 4 níveis de capacitação.
- A FASUBRA deve continuar cobrando do governo coerência na Mesa, evitando posições dúbias, a exemplo do ocorrido na reunião do dia 25 de julho que, ao mesmo tempo em que acata a posição da FASUBRA, em todas as mesas, volta a problematizar a concepção de nossa Carreira e a estrutura da Tabela.

O CNG reafirma a manutenção da postura da FASUBRA na Mesa de Negociação, em defesa da concepção da Carreira, recolocando os parâmetros acerca da metodologia do processo negocial que nortearão a ação da FASUBRA na Mesa de Negociação, como segue:

- Manutenção da Paridade entre Ativos e Aposentados
- Garantia de ganhos para o conjunto da categoria – Classes A, B, C, D e E, de acordo aos parâmetros aprovados na Plenária e Congresso da FASUBRA.
- Manutenção da Matriz Única da Tabela Remuneratória.

O CNG ainda reafirma os parâmetros que serão discutidos e trabalhados com a Bancada do governo, nos dias 01 e 02 de agosto (quarta e quinta-feira, respectivamente):

- ✓ Construção de simulações de tabelas, com piso mínimo de R\$ 988,00
- ✓ Trabalhar a evolução do step
- ✓ Teto dobrado do PGPE
- Insistir com o governo de que é necessário chegar a um entendimento acerca do modelo da Tabela e, a partir daí, chegar à necessidade orçamentária para aplicação na Tabela.
- Continuar insistindo com o Governo de que qualquer repercussão orçamentária será elevada devido ao número de trabalhadores (as) técnico-administrativos em educação bem como ao baixo piso e teto salarial da categoria.

02. COM RELAÇÃO ÀS CARAVANAS

- A Caravana cumpriu com o seu objetivo:
 - ✓ Deu visibilidade à luta nacional da FASUBRA;
 - ✓ Demonstrou ao governo que a categoria se encontra mobilizada e preparada para a continuidade da luta, caso o governo não acelere o processo de resolução da negociação em curso;
 - ✓ Reoxigenou o movimento, tendo em cada caravaneiro (a), um (a) multiplicador (a) junto à base na luta pela conquista do eixo motivador da Greve;
 - ✓ Deu visibilidade à luta e ao protesto contra a transformação dos Hospitais Universitários em Fundação Estatal de Direito Privado.

DIANTE DISSO, O CNG DELIBERA:

- Intensificação da Greve em todas as unidades e setores das Universidades;
- Fazer atividades de impacto nos dias em que teremos reuniões no Ministério do Planejamento;
- Discussão nos CLG's acerca da construção de ações radicalizadas, visando uma pressão mais consistente junto aos Reitores (vez que a Greve possui, em sua essência, elementos de interesse institucional, como a valorização e motivação dos (as) trabalhadores (as), que passa pelo recebimento de salários dignos);
- Construção de Ações Unificadas com estudantes, professores, e setores do funcionalismo em nível estadual.
- Que a CUT continue acompanhando a Mesa Nacional de Negociações.
- **Com relação aos HU's:** Intensificar a coleta dos Abaixo-Assinados em Defesa dos HU's;
- Distribuição, nos HU's, nas Salas de Aulas, junto aos usuários, do Boletim número 06, feito pelo CNG, acerca da Fundação Estatal e suas implicações no Estado Brasileiro, e em particular nas Universidades Públicas Brasileiras.

- Atuação nos Conselhos Municipais de Saúde para construir deliberações contrárias ao modelo de Fundação Estatal de Direito Privado.

1. O CNG, considerando a importância da socialização de todas as informações do movimento de Greve e, ainda, da construção da memória coletiva do movimento, informa que:

- Será disponibilizado para todos os CLG's (em DVD) todas as reuniões realizadas com o Governo. As cópias estão sendo editadas para serem enviadas, por SEDEX a todas as Entidades de Base;
- Está sendo organizado um Catálogo indexado das fotos da Greve e das atividades nacionais do movimento, que também serão disponibilizadas para as Entidades de Base, juntamente com o Memorial da Greve, com todas as avaliações, relatórios de reuniões, documentos enviados pelo CNG e recebidos do Governo.

2. O CNG construirá um Documento, atualizando o momento da Greve para ser entregue ao Congresso Nacional e a Sociedade.

3. O CNG, aprova Moção de Apoio ao companheiro Ilton, de Ouro Preto, pelo falecimento de sua mãe.

MOÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

"OS DELEGADOS DA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT, vem se posicionar veementemente contrária à implantação do ente Jurídico Fundação de direito privado para gerir os hospitais universitários das universidades federais brasileiras, ou, qualquer outro setor do serviço público Federal, Estadual e Municipal, com a compreensão de que todos os serviços públicos são típicos de estado e que mais especificamente, Educação, Saúde, Previdência e Assistência social, são áreas onde o Estado deve reclamar para si a oferta dos serviços, por se tratar de direitos básicos, universais e garantidos na Constituição. Que os hospitais universitários continuem a garantir a manutenção do tripé, Ensino, Pesquisa e Extensão, Vinculada à assistência integrada na rede SUS, entendendo que o Hospital Universitário deve ofertar à população serviços públicos de qualidade, enquanto cumpre com seu papel de formação de profissionais para atuação na área de saúde e construção de conhecimentos, em linha de pesquisa que avancem na busca de soluções para as questões de saúde desde a atenção básica até os serviços mais especializados, construindo uma intervenção de qualidade e de referência na rede SUS, na defesa da saúde com qualidade social, como dever do Estado e direito de todos. Cuiabá, 13 de julho de 2007".

MOÇÕES DE APOIO DOS CONSELHOS UNIVERSITÁRIOS

UFMA: "MOÇÕES DE APOIO À GREVE DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DAS IFES E À LUTA EM DEFESA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Em sessão ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Maranhão, realizada no Palácio Cristo Rei, em 17.07.2007, presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade, Professor Fernando Antonio Guimarães Ramos, representantes do segmento Técnico-Administrativo em Educação da UFMA, solicitaram a este Conselho apoio à Greve da Categoria em defesa da Universidade Pública, deflagrada em nível nacional a partir de 28.05.2007, que já conta com a adesão de 46 Instituições Federais de Ensino Superior do país. Na oportunidade, os TAE's entregaram a todos os membros deste Egrégio Conselho, documento apresentando as razões, a seguir evidenciadas, que levaram a Categoria ao movimento grevista:

I - a ameaça que paira sobre os Hospitais Universitários, através da proposta contida no Projeto de Lei Parlamentar (PLP) 92/2007, enviada ao Congresso Nacional, que trata da criação de Fundação Estatal de Direito Privado para gerenciar essas Unidades Universitárias, objetivando principalmente solucionar a questão do seu financiamento, com o viés da privatização e, conseqüentemente, descomprometendo o governo com a assistência à saúde da população, particularmente dos segmentos mais desprotegidos da sociedade, como sejam: as crianças, os idosos e os mais pobres, enquanto parcela maior que busca atendimento nas referidas Unidades;

II - a ameaça à expansão e ao crescimento, senão até mesmo à manutenção das Universidades Públicas, contida no Projeto de Lei Parlamentar (PLP) 01/2007, que limita gastos com folha de pessoal até o ano de 2016, inviabilizando a realização de concursos públicos que possibilitem a recomposição dos quadros de pessoal no Serviço Público, o que dificultará, sobremaneira, a criação de cursos e vagas para novos acessos;

III - a desvalorização profissional e salarial dos Trabalhadores em Educação das IFES, o que vem fomentando a desmotivação e a conseqüente evasão desses profissionais dos quadros de pessoal das Universidades, ora já bastante defasados pelo descaso e descompromisso de sucessivos governos.

Diante do exposto, estando os membros deste Egrégio Conselho cômnicos da situação por que passam as Universidades Públicas Brasileiras, em particular, preocupados com os destinos dos Hospitais Universitários, no que diz respeito à sua missão social, financiamento e gerenciamento que, antes de serem decididos pelo Congresso Nacional, precisam ser amplamente debatidos pela Comunidade Universitária e pela própria sociedade à qual estão inseridas essas Unidades Universitárias, e reconhecendo a justiça da reivindicação dos pleiteantes, **o Conselho Universitário da UFMA deliberou por expressar seu apoio à greve dos Técnico-Administrativos em Educação das IFES e à Luta em Defesa dos Hospitais Universitários.** FERNANDO ANTONIO GUIMARÃES RAMOS - *Presidente do Conselho Universitário*”.

MANIFESTAÇÕES DE APOIO AO MOVIMENTO DOS TAE 'S

DCE-UFBA: "NOTA PÚBLICA - O Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia vem a público **manifestar apoio e solidariedade aos servidores técnico-administrativos**, em greve desde o dia 28 de maio, por entender que sua causa é o compromisso com a Universidade democrática, gratuita, popular e de qualidade, respeitando os direitos sociais da classe trabalhadora e da população brasileira.

A diretoria do DCE-UFBA reconhece justa a pauta de reivindicações específicas e as de lutas conjuntas com os servidores públicos federais, e se associam aos técnico-administrativos, em sua luta contra o PLP 01-2007 (Projeto de Lei Complementar 01) que pretende limitar investimentos públicos pelos próximos dez anos. Pela manutenção do veto a EMENDA 3, onde as empresas ficam desobrigadas de respeitar a legislação que rege os encargos trabalhistas, resultando em um retrocesso às causas trabalhistas.

Manifestamos ainda nossa defesa dos Hospitais Universitários, contra o modelo de fundação estatal, onde cria um novo formato do atendimento da saúde pública e gratuita responsabilizando não mais o serviço prestado hoje, que é o SUS, transferindo para o setor privado, desta forma privatizando-os.

Além da isonomia salarial e de benefícios (piso e teto), paridade entre ativos e pensionistas e principalmente pela regulamentação imediata da greve.

Esperamos no mínimo do Governo Federal a imediata abertura efetiva de negociações com os técnico-administrativos, sem qualquer restrição ao direito de greve. **Salvador, 23 de julho de 2007.**
Diretório Central dos Estudantes - UFBA”.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADE

Data	JULHO
A Definir	4º Encontro dos Servidores Negros e Negras e Militantes do Movimento Anti-Racismo Técnico-Administrativos em Educação das IES
	AGOSTO
15	DIA NAC DE MOBILIZAÇÃO DA CUT EM BSB